

O aviso de Simonsen: cuidado com a euforia.

O ex-ministro insiste: o Brasil vai voltar a crescer 5 ou até 6% este ano, sem qualquer esforço adicional. O problema é o governo acelerar esse processo, o que geraria nova recessão em 1983.

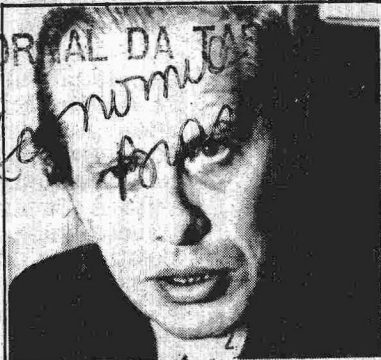
O ex-ministro Mário Henrique Simonsen reafirmou, ontem, que a economia brasileira pode perfeitamente crescer 5 a 6% este ano, e que isto não representará qualquer acréscimo na utilização da capacidade industrial média. Um crescimento industrial da ordem de 6%, segundo o ex-ministro, significará apenas o aproveitamento do aumento da capacidade industrial brasileira, sem representar qualquer esforço adicional, nem reduzir a capacidade ociosa.

Simonsen advertiu, porém, para o risco de que o governo tente promover um reaquecimento, por exemplo com maior expansão monetária, porque isto poderia acelerar um processo de retomada natural, gerando um desajuste que precisaria ser contido por novo período recessivo. "Correríamos o risco de nos transformar no país da euforia nos anos pares e da recessão nos anos ímpares", afirmou.

As declarações de Simonsen foram feitas na conferência que abriu o seminário **Brasil 82: Perspectivas Econômicas**, realizado ontem no Maksoud Plaza. Os outros conferencistas foram Roberto Fendt Jr., superintendente da Fundação Centro de Estudos e Comércio Exterior e Pedro Conde, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos.

Os problemas

Os temas mais abordados foram a economia internacional e a política econômica brasileira, com ênfase para o balanço de pagamentos, a balança comercial, os juros e a política salarial. Para o ex-ministro, "cabem algumas indagações para 1982. A primeira é o que se pode esperar da inflação e do crescimento econômico mundial em 1982. A segunda é o que se pode prever em matéria de preços de



Simonsen contra a euforia

petróleo. A terceira diz respeito à tendência dos juros internacionais. A quarta se refere à credibilidade externa do Brasil nos mercados financeiros internacionais. A quinta se relaciona ao impacto da conjuntura internacional sobre o desempenho da economia brasileira, em termos de crescimento, juros e inflação". Simonsen considerou que o petróleo e a credibilidade externa são itens favoráveis, enquanto o crescimento econômico internacional e os juros são desfavoráveis.

A OCDE, ele lembrou, estima em 1,3% o crescimento das economias industrializadas, este ano, e as dimensões do déficit fiscal nos Estados Unidos — que pode chegar aos US\$ 150 bilhões — provavelmente conduzirão à colocação de mais títulos da dívida pública, com elevação dos juros inclusive os dos empréstimos externos, como os feitos ao Brasil. Previsão semelhante foi feita por Roberto Fendt Jr., na conferência que pronunciou à tarde.

Para Pedro Conde, que condenou violentamente "a arbitrariedade representada pelo pagamento compulsório, pelos bancos privados, de Cr\$ 113 bilhões da dívida não honrada pelo Inamps", o go-

verno deveria adotar as seguintes providências em 82:

1) diminuir efetivamente os subsídios de modo geral, providência ensaiada, mas não aprovada no findar de 1981;

2) alterar composição dos gastos das empresas estatais, com maior ênfase nos investimentos a serem financiados com recursos externos, aumentando, assim, as nossas reservas cambiais;

3) mudar a atual lei salarial para livre negociação, sem interferência governamental, eliminando-se um dos focos da rigidez inflacionária no sentido descendente, ao mesmo tempo que se diminuiria o desemprego, a rotatividade de mão-de-obra e a pressão nos custos das empresas;

4) frear a expansão da base monetária e liberar o crédito bancário, evitando-se que os limites impostos na concessão de empréstimos venham a onerar o exigível das empresas.

Juros

Simonsen e Conde consideraram perfeitamente factível a fórmula sugerida pelo empresário Dilson Funaro para reduzir os juros: permitir que os tomadores de crédito possam deduzir do Imposto de Renda, proporcionalmente mais, os juros pagos em operações com recursos externos, e menos em operações em cruzeiros. Dessa forma, não haveria qualquer subsídio creditício porque a vantagem fiscal dada a um empréstimo seria compensada pelo outro. Os tomadores estariam estimulados a buscar os recursos externos, então com o incentivo do Imposto de Renda, atendendo-se às necessidades do balanço de pagamentos, enquanto ficaria favorecida a queda dos juros internos, porque os empréstimos em cruzeiros seriam menos procurados.